

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato

por sua linhagem:
memórias e memorial



EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato
por sua linhagem:
memórias e memorial

Equipe editorial
Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo
Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias
Revisão : F. Soudant
Projeto gráfico e diagramação : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-3700
www.editora.unb.br
contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

E56 Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso
 eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara
 Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2023.
 263 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

Sumário

Prefácio	8
Trajetória de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajetória de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

A singularidade forjada sobre os Waimiri Atroari

Verenilde Santos Pereira

Aspectos da realidade dos Waimiri Atroari para além do mundo ocidental

Em novembro de 1968, a cidade de Manaus, na época com aproximadamente 300 mil habitantes, foi intensamente impactada pelo “Massacre da Expedição Calleri”, envolvendo o grupo étnico Waimiri Atroari que se autodenominava *Kari’nja* e uma expedição chefiada pelo padre católico italiano Giovanni Calleri, membro da Congregação Consolata, sediada em Boa Vista (RR). A missão pretendia pacificar os indígenas e retirá-los de onde viviam para viabilizar a construção da BR-174 (Manaus-Boa Vista) que cortaria ao meio suas terras.

Esse grupo étnico pertence à família linguística Carib e sempre habitou uma região de floresta tropical ao norte do Amazonas e sul de Roraima. Numa sequência centenária de conflitos anteriores com os chamados “brancos” ou “civilizados”, os desentendimentos com essa expedição resultaram na morte, praticada pelos indígenas, de nove dos dez componentes da Expedição Calleri, dentre os quais havia duas mulheres: Marina Pinto e Maria Mercedes Sales. Houve apenas um sobrevivente, o mateiro Álvaro Paulo da Silva, conhecido como Paulo Mineiro. Com o “massacre” esse grupo étnico foi categorizado pelos jornais impressos de todo país como “bárbaros”, “assassinos covardes”, “ferozes”, “cruéis”, “desumanos” ou “violentos”, entre outros. Os jornais subtraíram o contexto da reação dos indígenas, não informando sobre as sistemáticas invasões de seu território por frentes expansionistas que resultavam em epidemias e conflitos causando a morte desproporcional dos Waimiri Atroari, fisicamente mais vulneráveis e, em tese, sem armas de grande letalidade.

Em seu livro *Pacificação dos Crichanás*, o etnólogo João Barbosa Rodrigues – que esteve com os Waimiri Atroari em 1873 – narra que, no dia 12 de janeiro daquele ano, alguns indígenas se aproximaram do povoado de Moura, localizado próximo às aldeias. Aterrorizada, grande parte da população reagiu a esta

presença acionando armas de fogo. Muitos se refugiaram em uma ilha próxima; no local abandonado, os índios juntaram inúmeros objetos – principalmente os de metal – e voltaram para o rio Jauaperi. A notícia chegou a Manaus, conforme relato de Barbosa Rodrigues, “pintada com as cores mais sombrias da palheta do noticiarista”. Uma força do 3º Batalhão de Artilharia partiu de Manaus para capturar os indígenas; e, para que fosse imediata, a busca foi realizada através do rio e da floresta; de imediato encontraram em um lago 11 canoas e grande número de corpos que boiavam. Conforme o autor, a informação oficial era a de que, ao verem a lancha, os tripulantes haviam se jogado na água e por não saberem nadar, morreram afogados. “Porém, o que a tradição ainda conserva o que ouvi por esse tempo em Manáos, foi que metralharam as canoas, matando à bala os que procuraram salvar-se a nado” (Barbosa Rodrigues, 1885, p. 14-15). A força de caça aos indígenas que se seguiu por terra, comandada pelo tenente Pastana, encontrou os indígenas em Urubu-Cuaru e, a partir das nove horas, começou

um vivo fogo que terminou alta noite. Não consta oficialmente o número de mortos, mas dizem que foi extraordinário. Nesta mesma data o subdelegado de Tauaperaçu mandou bater os índios pelo Curiauhu. Restaurada a freguesia, começou então a estacionar ali anualmente, de setembro a março, uma lancha de guerra para protegê-la (Barbosa Rodrigues, 1885, p. 14-15).

A partir de então essas “lanchas de guerra” se transformaram em “verdadeiras caçadas aos índios muitas vezes revestidas de caráter brutal e sádico” (Monte, 1992, p. 38).

Barbosa Rodrigues, que, de início, denominou os Waimiri Atroai como Crichaná, confirma ainda que no dia 29 de outubro de 1874 mais de 200 indígenas apareceram novamente nas imediações de Moura e “foram mortos à bala, inclusive o chefe, ficando uma só praça ferida, a de nome Quintiliano José Pereira” (Barbosa Rodrigues, 1885, p. 16-17). As munições da expedição punitiva se esgotaram e mais armas de fogo foram requisitadas em Manaus: “100 cartuchos embalados e mil espoletas fulminantes”. Em 9 de novembro, o comandante Antonio de Oliveira Horta entrou com seus praças no rio Jauaperi, mandou destruir as canoas encontradas e, três dias depois, por volta das dez horas da manhã, ouviram um grito de alarme de um sentinela que avistou um indígena na mata, matara-o e pedia socorro. O comandante Horta e seu grupo marcharam contra os indígenas que fugiram porém ao encontrá-los “fez fogo vivo sobre eles. Morreram muitos: feridos escaparam alguns que se internaram pela matta”. No dia seguinte a força seguiu para o local e encontrou 23 indígenas feridos escondidos entre a folhagem das árvores onde

estavam trepados, silenciosos. Então começou uma sena de canibalismo! Eram caçadores entusiasmados ante um bando de guaribas! Cada um quis sua parte na caçada. Apontavam a arma, descarregavam e o pobre índio cahia no meio das gargalhadas geraes! (Barbosa Rodrigues, 1885, p. 16-17).

Depois dessa matança, conforme o etnólogo, os chamados civilizados se retiraram, mas, no dia 23, voltaram para empilhar os corpos e

lançar-lhes fogo escapando muitos outros que já estavam em estado de putrefação dentro da lagôa. Os corvos acabaram a obra civilizadora e ainda por muito tempo alvejavam pelas praias as ossadas dos infelizes Crichaná (Barbosa Rodrigues, 1885, p. 16-17).

São inúmeros os registros de matanças de indígenas resgatados pelas narrativas etnográficas, pelos viajantes e naturalistas que pontuam a vulnerabilidade dos indígenas e suas reações catalogadas como “ferocidade”. Alípio Bandeira (1926) resgata um episódio ocorrido em 1905 quando uma expedição punitiva incendiou uma aldeia deixando 283 Waimiri Atroari feridos, fato que ele definiu como “repugnante” posto que “essas caçadas humanas em que cada qual timbrava ser mais cruel”, tivesse em Manaus sido

alardeada nos cafés e botequins pelos próprios autores desse atentado repugnante. [Mas, ressalta ele:] esses culpados são homens dedicados ao governo e nós não podemos ter ilusão acerca da punição. [...] Os abomináveis criminosos ficaram de facto, impunes, assim os mandantes como os mandatários (Bandeira, 1926, p. 123-124).

A sequência ininterrupta chega a 1968, quatro anos após a implantação do regime militar, que fez da Amazônia um local de referência e simbolismo para a implantação da modernidade do país, com a construção da estrada BR-174, em cujo percurso viviam os Waimiri Atroari, resistindo traumatizados a essas violentas investidas. Composta por dez pessoas, a equipe chegou à fronteira do território indígena no dia 23 de outubro daquele ano e montou acampamento na margem direita do rio Alalaú. Logo perceberam oito embarcações deixadas pelos índios e uma maloca queimada. Padre Calleri então anunciou sua chegada dando oito tiros para o alto. Ele mesmo registra esse detalhe em seu diário: “uma janta com farofa no barraco do primeiro porto dos índios. [...] *Demos oito tiros ao alto* para assinalar aos índios nossa presença” (Sabatini, 1988, p. 8, grifos nossos). No dia seguinte, 24 de outubro, o método é repetido: “de madrugada

repetimos nosso aviso aos índios, *com outros quatro tiros ao alto*, mas ninguém compareceu ou quis comparecer” (Sabatini, 1988, p. 8, grifos nossos).

Em seu diário o padre segue pontuando as dificuldades para a chegada às malocas devido aos pântanos e chavascais, o peso dos equipamentos, as chuvas ininterruptas, as dificuldades de comunicação, o retraimento dos Waimiri Atroari. No dia 26, o padre relata um encontro com os índios e admite pertencer a um grupo de “gente superior”. Relata que os indígenas inicialmente se mostraram medrosos e desconfiados, depois ofereceram bananas e beijos mas não permitiram que a equipe entrasse nas malocas. Afirma ainda que os Waimiri Atroari, ao verem as mercadorias, começaram a

se agitar com gestos violentos para tirar tudo. [Entretanto,] nada foi permitido (*o índio bem sabe que isto está em nosso direito de gente superior, só tenta perturbar para conseguir*) e o jeito foi resfriar o jogo com trabalho (Sabatini, 1988, p. 19, grifos meus).

Padre Calleri relata que, mediante “artifícios oportunos”, entusiasmou os indígenas que descarregaram a canoa, limparam a área de mato, construíram um barracão onde instalaram a antena de rádio e o aparelho de radiofonia: “Todo mundo dos Atroari estava suando”. Após o trabalho, por volta das 18 horas, é que os presentes foram distribuídos:

porém, a distribuição fora organizada à maneira de extinguir qualquer pedido deles, veio deixar só a nosso critério. [...] Certos de que tudo procederá no mesmo sistema: *carregar o índio para resfriá-lo* (Sabatini, 1988, p. 19, grifos meus).

Essa maneira de lidar como “gente superior” em relação a um grupo étnico que resistia a um histórico de massacres estabeleceu a relação entre o padre e os indígenas, conforme relatos do único sobrevivente, o mateiro Álvaro Paulo da Silva cedida a um jornal de Manaus. O padre Calleri, apesar de sua educação, tratava os indígenas com “grande rispidez” (*A Crítica*, 29 nov. 1968). Um dos focos do conflito, segundo o sobrevivente, foi quando um indígena retirou um prato e uma pequena faca dentre os objetos da expedição e padre Calleri os fez devolver dizendo “Padre *marupá* (mau) se índio fizer de novo padre pega espingarda e pou... pou... mata índio”. O mateiro avisou ao padre sobre o perigo que corriam, mas ele teria respondido que havia duas alternativas: “ou nós conseguimos pacificar os Atroari ou eles nos matam” (*A Crítica*, 29 nov. 1968). No dia 2 de dezembro, os jornais escancararam a confirmação de que os indígenas haviam matado nove pessoas. As reportagens sobre o assunto divulgadas no país

subtraíram a palavra dos indígenas, seus ditos, sua história, sua cosmovisão, seu processo de extermínio; o espaço foi cedido para a violência unilateral e o sensacionalismo, reforçando a ideia de que eles eram um entrave para o desenvolvimento da região e do país. O silenciamento dos indígenas permitiu a apropriação dos sentidos de seu ato pelas várias instâncias de poder articuladas e envolvidas no episódio. Sem voz, os Waimiri Atroari foram inseridos também em textos fantasiosos que evidenciavam o desconhecimento sobre o mundo indígena mas que serviam a indústria jornalística ávida em capturar leitores.

O jornal *O Globo* de 28 de novembro, por exemplo, com o título “Índios cobiçavam as mulheres do padre”, relata que as mulheres teriam sido a causa da chacina devido a “escassez de mulheres” entre eles. No dia 2 de dezembro, o jornal manauara *A Crítica* anuncia: “Índios matam com pauladas” e informa a identificação da ossada, exibindo uma seleção de fotos onde os ossos e os crânios aparecem expostos e enfileirados; outras imagens mostram os esqueletos em sacos de lonas transportados pela equipe de busca e diz ainda que, após o resgate, um fotógrafo observou três indígenas numa árvore e, “como macacos agitados, exibiram arcos e flechas raivosamente para mostrar que eles estavam realmente enfurecidos”. A matéria focaliza que “flecha, borduna e facão foram os instrumentos utilizados pelos Atroari para massacrar a expedição”. Embora já houvesse registros históricos e etnográficos narrando os massacres anteriores contra os indígenas, essa “ferocidade” construída e naturalizada pavimentou as reportagens com manchetes como “Indícios de que a Expedição teria sido massacrada pelos silvícolas – Como foi o massacre de brancos na selva”; nela se afirma que um grupo de sertanistas iria tentar uma aproximação com os indígenas de “natureza hostil”. “Novos detalhes do massacre da Expedição Calleri” (*Folha da Tarde*, 03 dez. 68) alerta para a tensão provocada pela chegada dos corpos em Manaus, enfatizando o “estado de choque” da população na cidade. “Surgiu a estória de um branco no massacre” (*Diário de Notícias*, 30 nov. 68); “Operários fogem da selva, é o pavor dos Atroari” (*Diário de Notícias*, 18 dez. 1968); “Poderá haver sobreviventes da Expedição Calleri” (*O Globo*, 22 nov. 68). Essa última matéria traz mesmo uma afirmação do então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), José Queiróz Campos, sobre a esperança da existência de sobreviventes e que os Atroari eram

altamente ferozes e perigosos e têm o costume de estraçalhar e queimar os inimigos vencidos, impossibilitando, desta forma, até mesmo a localização dos despojos. Índios incapazes de fazer prisioneiros, preferindo matar seus inimigos, cortá-los em pedaços e queimá-los (*O Globo*, 22 nov. 68, grifos meus).

A mediação da realidade pela mídia impressa, mediante operações particulares de enunciados, omitiu o fato de que, naquele período, os indígenas sofriam uma das mais drásticas reduções de seu povo. Embora atualmente esse grupo seja composto por pouco mais de duas mil pessoas, conforme Stephen Baines (1991), no período de 1886 a 1983 eles foram reduzidos de três mil para 332 indivíduos. Posteriormente, quando se referiam aos episódios desse período, citavam longas listas de nomes de falecidos, pontuadas por um comentário lacônico: “os civilizados mataram” (Baines, 1993, p. 20).

Durante o velório, aviões e helicópteros sobrevoavam a cidade exibindo as embalagens com os corpos, fragmentos e objetos da expedição. Eram provas consideradas inquestionáveis do crime contra a Igreja, contra o progresso e a civilização, contra um modelo político que pregava ordem e progresso; era uma transgressão intolerável, ainda mais porque cometida por seres “inferiores”. A multidão em catarse durante o velório, na Catedral Metropolitana de Manaus, via os caixões lado a lado e as nítidas demarcações entre o bem e o mal. Hinos, lágrimas, terços e genuflexões pelos mortos que simbolizavam o bem, afinal, não eram apenas civilizadores? Os indígenas haviam mutilado um padre e duas mulheres, símbolos da pureza, das virtudes e do caráter heroico dos que pretendem salvar. Os Waimiri Atroari eram representados como os pecaminosos que matavam, trucidavam, contaminavam o sagrado, impediam o desenvolvimento da Amazônia; os mártires civilizados foram reverenciados e a “desumanidade” indígena reforçada. Esse ato extremado dos indígenas pode ser pensado à luz das ideias de Hannah Arendt (2000), quando a filósofa se refere ao fato de que é possível criar condições sob as quais os homens são desumanizados, a exemplo dos campos de concentração, da tortura, da fome mas – diz a autora –, isso não significa que eles se tornem animais e “sob tais condições, o mais claro indício de desumanização não são o ódio e a violência, mas a sua ausência conspícua” (Arendt, 2000, p. 47). Arendt considera a violência sempre contraproducente, entretanto admite que há situações em que a violência é a única forma que o ser humano encontra para evitar o seu total aniquilamento. Ela lembra que em certas circunstâncias o agir sem argumentar, sem o discurso ou sem contar com as consequências é o único modo de reequilibrar as balanças da justiça e admite ser inegável que os atos de violência nos quais os homens tomam a lei com suas próprias mãos, para o bem da justiça, estejam em conflito com as comunidades “civilizadas”; entretanto, pontua que isso não significa que eles sejam inumanos ou meramente emocionais.

Se, como alega Adelmo Genro (1987), a singularidade é a matéria-prima do jornalismo – porque capta um fato num momento único que jamais será repetido –, torna-se necessário pensar como a singularidade é construída quando se trata de culturas desconhecidas ou de grupos humanos sobre os quais não se

conhece a história, a linguagem, a língua, quando essas falas são subtraídas do contexto e sua representação se faz a partir de modelos e valores preconcebidos. Condições que afetam até mesmo a objetividade jornalística e a verdade factual. A singularidade, conforme Genro, estaria encapsulada nas seguintes questões básicas: Quem? Fez o quê? Como? Por quê? Quando? Onde? Essas perguntas correspondem ao lide dos textos jornalísticos e, no caso da cobertura do “massacre da Expedição Calleri”, as respostas em síntese foram as seguintes. Quem? Os Waimiri Atroari que se autodenominavam *Kari’nja* e foram definidos como “ferocíssimos”, conforme o jornal *O Estado de S. Paulo* (23 nov. 1968). Sem referências aos massacres contra os indígenas, o texto afirma que mais de 1.550 brancos haviam sido massacrados por esse grupo em algumas décadas. Essas categorizações eram legitimadas por instituições como o Estado, as Igrejas, o Exército, as extensões empresariais cujos discursos funcionavam em sincronia. Fez o quê? Os jornais informam de maneira difusa que, além de os indígenas terem trucidado a expedição, eles “costumam picar suas vítimas em pedacinhos e queimá-las até virarem cinzas” (*O Estado de S. Paulo*, 23 nov. 1968). Como se fossem a encarnação do mal, o então presidente da Funai, Queiróz Campos admitiu que ao chegar em uma loja na cidade de Manaus recebeu o seguinte conselho: “Se fosse eu, subia num avião e jogava uma bomba nesses índios e acabava com tudo” (Monte, 1992, p. 6). Como? Os jornais não tiveram pudor em explorar o aspecto macabro, apelando para um imaginário já congestionado de repulsa contra os indígenas. Os textos seguem a linha da matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* (02 dez. 1968) intitulada “Achados oito corpos da Expedição do padre Calleri”, a anunciar “crânios esmagados” e “ossos quebrados a golpes de facão”; “supõe-se que os crânios tenham sido esmagados por facão ou arco” [...] “alguns corpos estavam com as mãos amarradas, outros com os pés, possivelmente para serem arrastados para o local do massacre”. Por quê? Essa pergunta não foi feita aos Waimiri Atroari, e a maldade “natural” ou cobiça pelas mulheres foram os argumentos utilizados. Alguns jornais publicaram que a ação dos indígenas teria sido motivada por um homem branco que chefiava os Atroari e para quem os índios extraíam ouro. A periculosidade indígena, contudo, surge como fonte do conflito. Quando? Essa resposta era alheia a um tempo cronometrado dos indígenas; sem uso do calendário cristão ocidental e guiados por horários que atendiam a forma de viver de uma sociedade não capitalista, o registro de tempo era incompatível com o da sociedade nacional. Onde? O que os jornais genericamente focalizaram foi o trecho da estrada e não a terra indígena dos Waimiri Atroari, cuja simbologia, para além da definição geográfica, era o lugar de viver e morrer com sua cultura, sua organização social, sua língua e seu povo.

Em suma, a cobertura obedeceu a uma hierarquia de valores promovida pela indústria cultural que insere algumas mortes de acordo com a escala social, re-produzindo a penúria das relações sociais. Essa diferenciação ficou clara na divisão entre “heróis” e “assassinos”, os últimos, considerados seres descartáveis, o que ficou evidenciado nos rituais midiáticos. Em seu clássico *A condição humana*, Hannah Arendt (1993) focaliza a alteridade como aspecto essencial da pluralidade, posto que só através dela a singularidade é possível. Nesse caso, a alteridade foi substituída por uma visão ocidental e colonizadora dos indígenas, escarafunchados através de um padrão de pensamento mecanizado, inseridos em clichês, adjetivações e nomeações preconceituosas. O que nos remete ao réu nazista Adolph Eichmann que, mesmo tendo coordenado o envio de milhares de judeus para as câmaras de gás, a incapacidade reflexiva sobre seus próprios atos originou a definição de Arendt (1999) sobre a “banalidade do mal”. Ao atuar como repórter para o *New York Times* no julgamento de Eichmann, Arendt não encontrou o “monstro” anunciado pelos meios de comunicação, mas um homem normal, nem monstruoso, nem criminoso cruel arrependido, mas uma pessoa totalmente incapacitada para a reflexão e que agia burocraticamente com uma linguagem luzidia. Esse mal não encontrava suporte em nenhuma categoria patológica, filosófica, literária ou teológica, mas na profunda superficialidade do réu que sequer era imbuído da “grandeza maléfica” e não agia sob “impulsos” ou pela “força da tentação”.

Agiu conduzido pela “obediência cega”, a “obediência cadavérica”. “Os atos eram monstruosos, mas o agente – ao menos aquele que estava em julgamento – era bastante comum, banal” e, sem sinais de firmes convicções ideológicas ou motivações más; a única característica que se podia perceber – diz a autora –, era “algo inteiramente negativo”, “não era estupidez mas irreflexão” (Arendt, 2009, p. 18). Essa falta de reflexão, que consiste na própria “banalidade do mal”, não tem raiz mas se alastra como erva daninha e se manifesta através da linguagem; no caso de Eichmann, era atravessada por clichês – “o horrível dom” do réu de se consolar com os clichês “que não o abandonaram nem na hora da morte” (Arendt, 1999, p. 19). A grande sensibilidade de Eichmann para palavras-chave e frases de efeito, combinada com sua incapacidade de discurso comum, fazia de Eichmann “um paciente ideal para as regras de linguagem” (Arendt, 1999, p. 101), pois quanto mais ele falava mais óbvio ficava sua incapacidade de pensar, ou seja, de pensar sobre o ponto de vista de outra pessoa (Arendt, 1999, p. 62). O pensamento rarefeito do réu transformado pela força da doutrinação em uma forte engrenagem da máquina burocrática do sistema totalitário, o cumprimento das regras que se sobrepuseram ao juízo sobre suas ações e acontecimentos e ainda protegido atrás das frases feitas e da lingua-

gem burocrática, proporcionou que Eichmann mandasse milhões de pessoas à morte mas ficasse impossibilitado de falar sobre isso de forma adequada “se não lhe fornecessem a regra de linguagem condizente” (Arendt, 1999, p. 274). O contexto político cria constrangimentos ao jornalista e afeta a produção de textos que também depende da política editorial da empresa; sabe-se do caráter comercial das notícias e da convicção ideológica dos autores que direcionam os sentidos da reportagem: “na era da informação ter-se-ia paradoxalmente, ao seu lado, uma persistente era da incomunicação humana, especialmente nessa área sensível que envolve o saber sobre os que são distantes e diferentes” (Wainberg, 2005, p. 134). Sem nenhum pronunciamento dos indígenas, até por questões operacionais, os jornais consideraram, com destaque, as diferentes falas minadas de etnocentrismo, e a violência foi um chamariz para a venda de jornais. As reportagens fortaleceram as narrativas eurocêntricas, cujo determinismo histórico previa que só com a intervenção europeia os povos encontrados no percurso da expansão capitalista poderiam ser considerados humanos. Padre Calleri e sua equipe seriam aqueles seres superiores que os livrariam do primitivismo, e o massacre foi interpretado – como se os jornais fossem extensões da irreflexão de Adolf Eichmann – como mais uma comprovação daqueles que, além de odiados, necessitavam desaparecer do trajeto da estrada. E do mundo.

Representados e inseridos em narrativas sustentadas pelos padrões da colonialidade que impõem uma classificação racial/étnica (Quinjano, 2009), os Waimiri Atroari, já considerados como signos da derrota e do atraso, foram mais uma vez inscritos como o simbolismo da maldade extrema em narrativas destinadas a uma sociedade massificada e vulnerável para acolher os sentidos nelas produzidos. Ao refletir sobre a origem das identidades políticas e sua relação com fenótipos e identidades étnicas, Rita Segato (2007) afirma que raça é signo cujo sentido depende de uma atribuição e de um contexto histórico e político no qual está inserido. O contexto desse “massacre” foi propício para a aceitação desses sentidos de forma praticamente pacífica pela sociedade amazonense. A cobertura do episódio seguiu um modelo eurocêntrico que, ao viabilizar a existência de um Ocidente europeu e civilizador, necessitou forjar raças, etnias, subcategorias, sub-raças; cada uma enquadrada em signos e discursos visando enquadrar o mundo em suas dicotomias: superiores/inferiores, dominadores/dominados, puros/impuros. Mais que narrar o massacre e aproximar-se da verdade factual, o jornalismo contou-se a si mesmo como instituição ufanista, instrumento de veiculação da banalidade do mal, cujo processo reflexivo foi impedido pelo etnocentrismo, pelo racismo, preconceito e estrutura da colonialidade que impregnou esse continente e recaiu fortemente sobre esses grupos étnicos. Segato (2009), ao se referir ao horror ostentado no massacre

dos palestinos pelo Estado de Israel, enfatiza a impossibilidade desse horror ser representado ou estetizado, pois isso é uma condição que foge à lógica humana, à racionalidade ou à gramaticalidade própria da linguagem. Portanto, tentar captar e dizer sobre esse horror soa como um grito inaudível que leva à incomunicabilidade própria de toda atmosfera totalitária. Para a antropóloga, trata-se de um grito que “jamais chega a seu destino”, um “clamor surdo”. Em 22 de julho de 2011, na sede do programa Funai-Eletronorte, em Manaus, numa tentativa de conversar com alguns Waimiri Atroari ali instalados, encontrei Bornardo, um indígena idoso, e perguntei se ele se lembrava do massacre da Expedição Calleri. Durante a conversa, fortemente vigiada e controlada pelo então coordenador do programa Waimiri Atroari, senhor Porfírio de Carvalho, Bornardo respondeu que “sim... foi feito aquilo, matado o padre e aquela gente porque estrada que estava matando muita gente na aldeia... a gente gritava mas ninguém ouvia... então foi isso... foi feito assim...”. O grito dos indígenas, complexo, extremo, inaudível.

Referências

ARENDDT, Hannah. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 [1977].

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000 [1969].

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [1963].

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993 [1958].

BAINES, Stephen. Censuras e memórias da pacificação Waimiri Atroari. *Série Antropologia*, n. 148, Brasília, Departamento de Antropologia da UnB, 1993.

BANDEIRA, Alípio. *A cruz indígena*. Porto Alegre: Globo, 1926.

BANDEIRA, Alípio. “É a Funai que sabe”: *A Frente de Atração Waimiri Atroari*. Belém: Museu Paraense Emílio Gœldi, 1991.

BARBOSA RODRIGUES, João. *Rio Japuapery. Pacificação dos Crichanás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

GENRO, Adelmo. *O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

MONTE, Paulo Pinto. *Etno-história Waimiri Atroari*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo, 1992.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. *In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell (Orgs.). O jornal – da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15; Editora UnB, 2002.

NETO, Antonio Fausto. *Mortes em derrapagem – os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Fundo Editora, 1991.

QUINJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In: SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul*. Coimbra, PT: Almedina, 2009.

QUINJANO, Aníbal. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima, PE: Sociedad & Política Ediciones, 1988.

SABATINI, Silvano. *Massacre*. Brasília: Cimi, 1998.

SEGATO, Rita. Del grito inaudible a la lucha inevitable. *La Jornada*, n. 730, Buenos Aires, Mar. 2009.

SEGATO, Rita. *La Nación y sus otros – raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2004.

WAINBERG, Jacques. *Mídia e terror*. São Paulo: Paulus, 2005.



Notas sobre as autoras e os autores

Notas sobre as autoras e os autores

César Augusto Baldi

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

Danú Gontijo

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

Elaine Moreira

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

Gustavo Augusto Gomes de Moura

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

Jocelina Laura Carvalho de Segato

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

Juliana Floriano Toledo Watson

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicina populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

Livia Vitenti

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

Lourival Ferreira de Carvalho Neto

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

Patrícia de Mendonça Rodrigues

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

Pedro Paulo Gomes Pereira

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dádiva* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

Priscila Paz Godoy

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

Tânia Mara Campos de Almeida

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

Vanessa Rodrigues de Araújo

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

Verenilde Santos Pereira

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

Volnei Garrafa

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética (2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



PhD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

